



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Procuradoria Jurídica - SUDESB/DG/PROJUR

**TERMO DE FOMENTO N.º 024/2023, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO
ESTADO DA BAHIA - SUDESB E A FEDERAÇÃO BAIANA DE
CORRIDA DE AVENTURA- FBCA.**

A **SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**, autarquia estadual criada pela Lei Delegada n.º 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis n.ºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, com sede na Rua dos Radioamadores, n.º 159-357, Pituauçu, Salvador, Bahia, CEP.: 41.740-090, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.323.001/0001-19, representada neste ato pelo Diretor-Geral em exercício, **DIOGO RIOS AMARAL**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE CORRIDA DE AVENTURA - FBCA**, CNPJ n.º 13.233.332/0001-68, Inscrição Municipal n.º 376.245/001-71, situada à Praça Castro Alves, n.º 01, Edf. Palácio dos Esportes ACM, 1º andar, Salvador, Bahia, CEP.: 240.020-160, com Estatuto microfilmado no 2º Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n.º 34930, rolo 797, do Cartório Santos Silva, por meio da **Inexigibilidade de Chamamento Público n.º 023/2023, conforme Processo Administrativo SEI n.º 069.1486.2023.0000861-09**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **VITOR HUGO MOREAU DA CUNHA**, Documento de Identidade Civil n.º 10050367-1, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 073.159.227-17, residente e domiciliado no Av. Praia de Itamaracá, n.º 33, Cond. Top Vilas, Lauro de Freitas, Bahia, CEP: 47.708.360, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente **TERMO DE FOMENTO N.º 024/2023**, que se regerá pela Lei n.º. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual n.º 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para realização do “**CAMPEONATO BAIANO DE CORRIDA DE AVENTURA 2023**”, em 5 (cinco) etapas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, será realizada no período de **28 de abril a 29 de outubro de 2023**, nos Municípios de Piatã, Camamu, Salvador, Cachoeira, Juazeiro e Ibicoara; Bahia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **244 (duzentos e quarenta e quatro) dias contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado**. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei n.º. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAIANA DE CORRIDA DE AVENTURA - FBCA**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 230.266,00 (duzentos e trinta mil duzentos e sessenta e seis reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

Função: 27 - Desporto e Lazer.

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado.

Natureza da Despesa: 3.3.50.41.000 - Contribuições - Entidades

Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro

Valor da Despesa: R\$ 171.766,00 (cento e setenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais)

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

Função: 27 - Desporto e Lazer.

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado.

Natureza da Despesa: 4.4.50.42.000 - Auxílios - Entidades

Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro

Valor da Despesa: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva na Caixa Econômica Federal, Agência n.º 1510, Op. 003, Conta Corrente n.º 00004894-1, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo

aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;
- III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA

META CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO:

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

- I. indicação dos créditos orçamentários;
- II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE:

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

- I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;
- II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- III. manter escrituração contábil regular;
- IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

- V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;
- VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
- VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
- IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
- X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;
- XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
- XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.
- XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;
- XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;
- XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;
- XVII. encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final.
- XVIII. administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido em virtude da parceria, inclusive executando manutenção preventiva e corretiva de forma contínua, até a sua restituição ao Poder Público, contratando seguros prediais e de responsabilidade civil e responsabilizando-se pela segurança patrimonial do imóvel;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SUDESB:

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal,

obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
- VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.
- XI. conceder o uso dos bens móveis e imóveis mediante ato da SUDESB e celebração dos correspondentes Termos de Permissão de Uso;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Considerando a natureza do objeto da parceria, a avaliação da parceria ficará a cargo do Coordenador IV, FERNANDO OLIVEIRA, matrícula 69.628.468, telefone 3198-0553 e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva Sinval Vieira, matrícula 69.446.277-9, telefone (71) 3116-9121. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3116-9226.

Existindo ainda a designação de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, conforme Portaria nº 142/2021 de 19 de novembro de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de

parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do

instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela

determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS:

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS:

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade,

e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

PARÁGRAFO ÚNICO

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO DA PARCERIA:

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I - OSC:

a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69, caput e §1º da Lei n.º 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;

b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

II - A SUDESB:

a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período;

PARAGRAFO SEGUNDO - As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO DA PARCERIA:

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

OSC:

a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69, caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014], a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;

b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta)

dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

c) disponibilizar à administração pública todos os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido pelos Termos de Permissão de Uso, bem como aqueles adquiridos em virtude do Termo de Fomento.

A SUDESB:

a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

b) revogar a permissão de uso dos bens público;

c) inventariar os bens sob responsabilidade da OSC para execução do objeto contratado, inclusive incorporando ao patrimônio público, aqueles adquiridos em virtude do Termo de Fomento.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES:

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade
- II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.
- III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.
- IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.
- V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.
- VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, de _____ de 2023.

DIOGO RIOS AMARAL
DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA SUDESB

VITOR HUGO MOREAU DA CUNHA
PRESIDENTE DA OSC

TESTEMUNHAS:

1) _____
(nome e CPF legível)

2) _____
(nome e CPF legível)

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

Dados da OSC:

Nome da OSC: **FEDERAÇÃO BAIANA DE CORRIDA DE AVENTURA**

CNPJ: 13.233.332/0001-68

Data de Criação: 10/09/2013

Endereço: Pç. Castro Alves, n.º 01, Edif. Palácio dos Esportes ACM, 1 and, Centro, Salvador, Bahia, CEP.: 40020-160

Telefone: (71) 98175-5469

Endereço eletrônico ([e-mail](mailto:fbca.oficial@gmail.com)): fbca.oficial@gmail.com

Dados do Representante Legal:

Nome: **Vitor Hugo Moreau da Cunha**

Endereço: Av. Praia de Itamaracá, n.º 33, Cond. Top Vilas, Lauro de Freitas, Bahia, CEP: 47.708.36

Endereço eletrônico (e-mail): vmoreau@gmail.com

RG : 100503671 Órgão expedidor/UF: IFP/RJ CPF/MF: 073.159.227-17

Tel : (71) 98175-5469

B. OBJETO DA PARCERIA:

Realizar o **CAMPEONATO BAIANO DE CORRIDA DE AVENTURA 2023** em 5 (cinco) etapas, sendo vinculado ao Plano Plurianual 2022 a 2023 do:

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

Compromisso: 0003 – Promover o esporte e lazer como um vetor de desenvolvimento produtivo, considerando as vocações territoriais.

Meta: 0001 – Expandir a participação de atletas baianos em atividades esportivas de Alto Rendimento

C. OBJETIVO DA PARCERIA:

Disseminar e fortalecer a modalidade de Corrida de Aventura de alto rendimento, através da realização do **“CAMPEONATO BAIANO DE CORRIDA DE AVENTURA 2023”**.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS:

Segundo Castellani Filho (2001) relembra o inciso II do artigo 217 da Constituição Federal de 1988, que trata da destinação dos recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, apenas em casos específicos, para o desporto de alto rendimento.

Ao longo desse período até os dias atuais busca-se uma política mais abrangente, que oportunize a participação ao maior número de estudantes possível, e não apenas a uma elite, já detentora de resultados. Trabalha-se intensamente para que o esporte escolar priorize a base e não seja apenas mais uma categoria competitiva. Para isso, a importância de oferecermos um maior número de eventos, para proporcionarmos uma maior participação e um maior alcance de oportunidades, visto que a importância da prática do esporte não só como agente fomentador do esporte de alto rendimento, como também a inclusão da prática da atividade física na rotina dos estudantes, como fator de saúde e desenvolvimento social.

As metas a serem atingidas nesse evento:

- Melhorar a preparação dos atletas por meio da participação de eventos estaduais para acessar as etapas nacionais.
- Promover a presença de equipes baianas entre as 10 melhores do ranking nacional de Corrida de Aventura
- Promover o intercâmbio entre os atletas baianos e atletas de outros estados da federação.

Dados da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no site do Conselho Federal de Educação Física, revelam que para cada dólar investido no esporte, são economizados cerca de três dólares nas ações de saúde. O benefício da prática esportiva na vida das crianças e jovens se dá pelo combate à ociosidade, o que resulta em melhoria de desempenho escolar, diminuição da evasão escolar, redução nos índices de criminalidade, redução de gravidez precoce, no combate à depressão e no incentivo a participação e inclusão social.

Diante dos dados apresentados, e considerando que a Corrida de Aventura é um esporte multimodal envolvendo mountain bike, trekking, canoagem, orientação, entre outras, o Campeonato Baiano é o circuito oficial de competições, em consonância com a finalidade da SUDESB, a qual tem buscado fomentar o esporte no estado da Bahia. A FBCA - Federação Baiana de Corrida de Aventura apresentou o Projeto "Campeonato Baiano de Corrida de Aventura 2023".

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS:

E.1 AÇÕES:

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Realizar o Campeonato Baiano de Corrida de Aventura 2023

Critério de Aceitação: As provas serão selecionadas através de Edital, seguindo o modelo já adotado desde 2018 pela FBCA. A realização das provas ficará a cargo de entidades filiadas, sob supervisão da FBCA.

Ação 2. Circuito aberto para iniciantes (BOCA)

Critério de Aceitação: fomentar eventos abertos de Corrida de Aventura e suas modalidades com intuito de atrair novos atletas para o esporte.

Ação 3. Escola de iniciação esportiva (Escola de Aventura)

Critério de Aceitação: realizar uma escola de iniciação esportiva para atrair e preparar

atletas novatos para as competições do circuito aberto e do Campeonato.

Ação 4. Solenidade de premiação

Critério de Aceitação: devem ser adquiridas medalhas e troféus para premiação das equipes campeãs em cada categoria disputada, além de promover a participação das campeãs em competições nacionais do esporte.

E.2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Realizar o Projeto "Campeonato baiano de corrida da aventura 2023"	Indicador	Unidade	Meio de Verificação	Qtde/und /diária	Parâmetro de Avaliação de Desempenho	
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar e fortalecer a modalidade de Corrida de Aventura de alto rendimento, através da realização do CAMPEONATO BAIANO DE CORRIDA DE AVENTURA 2023.	Indicador 1: Realização do Campeonato Baiano de Corrida de Aventura 2023	Atletas	Inscrição das Provas	750	Alcance das Metas:
						Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº 5 Etapas	Etapas		5	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida
			Relação de inscrição			Menor que 100% - Meta Descumprida

						Alcance das Metas:
	Melhorar a preparação dos atletas por meio da participação de eventos estaduais para acessar as etapas nacionais.	Indicador 3: N° de equipes indicadas para a final do Circuito Brasileiro	Equipe	Relatórios e avaliações técnicas através dos resultados obtidos	9	<p>Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida</p> <p>Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente</p> <p>Menor ou igual a 59% -Meta descumprida</p>
METAS	Promover a presença de equipes baianas entre as 10 melhores do ranking nacional de Corrida de Aventura	Indicador 4: Estar entre as 10 primeiras do ranking nacional	Equipe	Ranking oficial do circuito	1	<p>Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida</p> <p>Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente</p> <p>Menor ou igual a 59% -Meta descumprida</p>
	Promover o intercâmbio entre os atletas baianos e atletas de outros estados da federação.	Indicador 5: N° de equipes visitantes por etapa	Atletas	Relação de inscrição	1	<p>Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida</p> <p>Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente</p> <p>Menor ou igual a 59% -Meta descumprida</p>

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS:

Os eventos do Campeonato Baiano de Corrida de Aventura ocorrerão em 5 (cinco) provas presenciais. Os eventos acontecerão nos municípios de Piatã, Salvador, Camamu, Juazeiro e Cachoeira. O material de divulgação e premiação serão utilizados pelas cinco provas, com abrangência média de 150 atletas em cada. São esperados em torno de 750 atletas em todos os eventos, com a faixa etária acima de 18 anos, nas categorias "Open" para iniciantes, aonde os atletas percorrem distâncias mais curtas, de até 50km, com altimetria acumulada de 500 m, porém com as mesmas modalidades que a categoria principal, "Pro", em que os atletas percorrerão mais de 80 km, com altimetria acumulada de 1400 m. As equipes concorrerão em três categorias: Quartetos Mistos Pro, Duplas Mistas Open e Duplas Masculinas Open. Os procedimentos prévios do Campeonato Baiano 2023 consistem na divulgação do evento, via redes sociais, na abertura das inscrições, que serão realizadas via Google Formulários e no lançamento da prova.

Em concomitância ao Campeonato, acontecerá um circuito aberto de provas de Corrida de Aventura e das modalidades envolvidas no esporte, como corrida, ciclomontanhismo, canoagem, trekking, rogaie, etc., denominado Bahia Open de Corrida de Aventura (BOCA). Esse circuito será gerido com recursos próprio, mas fará parte do projeto apresentado, integrando as iniciativas de captação e recaptção de atletas para o Campeonato Baiano, assim como forma de estimular o treinamento de atletas nos períodos entre as competições.

Completando as iniciativas de captação e formação de novos atletas, a Federação organizará uma escola de iniciação esportiva, a Escola de Aventura do Agreste, seguindo uma iniciativa da equipe afiliada Aventureiros do Agreste, que já formou mais de 200 alunos em Corrida de Aventura e suas modalidades.

A premiação do campeonato ocorrerá junto com a última etapa e reunirá as melhores equipes do ano, que serão indicadas para a final do Circuito Brasileiro de Corrida de Aventura.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

Local: Piatã – Running Danventura (ETAPA 1)

HORÁRIOS / DIAS	ETAPA
14:00 / 28/04	Recepção dos atletas
19:00 / 28/04	Briefing Técnico
08:00 / 29/04	Largada
11:00 / 30/04	Chegada das últimas equipes
13:00 / 30/04	Premiação e encerramento da etapa

Local: Camamu – Bahia Adventure Race (ETAPA 2)

HORÁRIOS / DIAS	ETAPA
14:00 / 09/06	Recepção dos atletas
19:00 / 09/06	Briefing Técnico

08:00 / 10/06	Largada
11:00 / 10/06	Chegada das últimas equipes
13:00 / 10/06	Premiação e encerramento da etapa

Local: Salvador – Escola de Aventura do Agreste (ESCOLA)

HORÁRIOS / DIAS	ETAPA
08:00 / 01/07	Aulas teóricas e Oficina de orientação
08:00 / 02/07	Oficina de canoagem
17:00 / 07/07	Trekking noturno
08:00 / 08/07	Oficina de técnicas verticais
07:00 / 09/07	Oficina de mountain bike

Local: Cachoeira – Carrasco (ETAPA 3)

HORÁRIOS / DIAS	ETAPA
14:00 / 14/07	Recepção dos atletas
19:00 / 14/07	Briefing Técnico
08:00 / 15/07	Largada
11:00 / 16/07	Chegada das últimas equipes
13:00 / 16/07	Premiação e encerramento da etapa

Local: Juazeiro – Desafio dos Sertões (ETAPA 4)

HORÁRIOS / DIAS	ETAPA
14:00 / 18/08	Recepção dos atletas
19:00 / 18/08	Briefing Técnico
08:00 / 19/08	Largada

11:00 / 20/08	Chegada das últimas equipes
13:00 / 20/08	Premiação e encerramento da etapa

Local: Ibicoara – Expedição Mandacaru (ETAPA 5)

HORÁRIOS / DIAS ETAPA

14:00 / 27/10	Recepção dos atletas
19:00 / 27/10	Briefing Técnico
08:00 / 28/10	Largada
11:00 / 29/10	Chegada das últimas equipes
13:00 / 29/10	Premiação e encerramento da etapa

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Metas:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA:

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA

META CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Período de Execução: 28/04 a 29/10/2023

Vigência: 244 dias

Prestação de Contas: 90 dias

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS:

1.	RECEITAS	MÊS 1	TOTAL
1.1	Recursos Recebidos	230.266,00	230.266,00
1.2	Rendimentos Financeiros		
	Total Geral de Receitas	230.266,00	230.266,00
2.	DESPESAS	MÊS 1	TOTAL
2.1.1	Despesas com Recursos Humanos		
2.1.1.1	Remuneração da equipe	0	0
2.1.1.2	Salários	0	0
2.1.1.3	Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde, vale transporte, etc.)	0	0
	Subtotal (Remuneração da equipe)		0
2.1.2	Encargos Sociais (não se aplica)	0	0
2.1.2.1	INSS	0	0
2.1.2.2	FGTS	0	0
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória	0	0
2.1.2.4	Rescisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros	0	0
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento	0	0
2.1.2.6	1/3 sobre Férias	0	0
2.1.2.7	13º Salário	0	0
2.1.2.8	IRRF	0	0
2.1.2.9	ISSQN	0	0
2.1.2.10	Outros encargos/tributos	0	0

	Subtotal (Encargos Sociais)				0
	Subtotal (Recursos Humanos)				0
2.2	Custos Diretos Detalhamento dos Itens				
	COMUNICAÇÃO VISUAL (identificação/divulgação)	Quant	Vlr Uni		Vlr Total
2.2.1	BACK DROP LONA IMPRESSA COM ACABAMENTO CBI FORMATO: 4,00X3,00	5	600,00		3.000,00
2.2.2	PLACA DE BIKES EM LONA IMPRESSO COM ILHÓES 0,21x0,15	750	6,30		4.725,00
2.2.3	PCs LONA IMPRESSA COM ILHÓES NAS 4 PONTAS FORMATO: 0,30X0,42M	150	320,00		1.134,00
2.2.4	TESTEIRAS LONA IMPRESSA COM ACABAMENTO CBI FORMATO: 4,00X1,00M	5	240,00		1.200,00
2.2.5	Lona Frontlight Fosca 240g, Impresso em: MIMAKI SWJ 320 , Acabamento: Reforço e Ilhós 3,00 x 1,00	10	180,00		1.800,00
2.2.6	Mapa dos percursos em papel impermeável 0,30x0,42	750	52,00		39.000,00
2.2.7	ADESIVO IMPRESSO Vinil Branco Fosco 0.08, Impresso em: MIMAKI SWJ 320, Acabamento: Refilado 0,07 x 0,05	900	1,75		1.575,00
2.2.8	Serviço de cobertura fotográfica do evento	5	2.100,00		10.500,00
2.2.9	Criação de conteúdo digital para redes sociais e Marketing	5	1.100,00		5.500,00
2.2.10	Serviço de montagem e instalação de pórticos e backdrop	18	500,00		9.000,00
2.2.11	Serviço de assessoria de imprensa	5	2.100,00		10.500,00
2.4	MATERIAL PROMOCIONAL				
2.4.1	Squeeze green 750 ml – dividido em 5 artes (150 POR CORRIDA)	750	6,00		4.500,00
2.4.2	Camisa tradicional manga curta em Dry ,100% poliamida, na cor preta, personalizada com 2 cores silk em um lado, impressão localizada até	800	45,00		36.000,00

	tam. A4. Tamanhos P/M/G/GG. Impressão frente: 02 cores x Verso 01 cor x manga 01 cor (direita ou esquerda)			
2.4.3	Colete de prova em poliéster branco personalizado, 01 cor silk em 01 lado(localizado) Impressão localizada até o tam. A4. Tamanhos P/M/G/GG. Impressão 01 cor- um lado.	750	22,00	16.500,00
2.5	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO			
2.5.1	Locação de equipamento de acesso por cordas material básico + 15 kits individuais	5	1.200,00	6.000,00
2.5	PREMIAÇÃO			
2.5.1	MEDALHAS DE 90 MM PERSONALIZADAS EM METAL FUNDIDOS EM 2 CORES COM FITAS PERSONALIZADAS	750	12,80	9.600,00
2.5.2	TROFÉUS 20 CM PERSONALIZADAS EM METAL FUNDIDOS EM 2 CORES	234	48,00	11.232,00
	Subtotal (Custos Diretos)			171.766,00
2.3	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes			
2.3.1	Embarcação inflável esportivo tipo caiaque duplo	15	3.900,00	58.500,00
	Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)			58.500,00
2.4	Custos Indiretos (não se aplica)			
2.4.1	Internet		0	0
2.4.2	Transporte		0	0
2.4.3	Aluguel		0	0
2.4.4	Telefone		0	0
2.4.5	Água		0	0
2.4.6	Luz		0	0
2.4.7	Serviços contábeis		0	0
2.4.8	Assessoria jurídica		0	0
2.4.9	Outros (especificar)		0	0

Subtotal (Custos Indiretos)	0
Total Geral de Despesas	230.266,00

L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Parcelas	Responsável	Mês Previsto	Ano	Valor
1ª Parcela	SUDESB	Abril	2023	230.266,00
TOTAL GLOBAL				230.266,00

Este ajuste será **liberado em parcela única, após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado**, visando à execução do projeto **"CAMPEONATO BAIANO DE CORRIDA DE AVENTURA 2023"** no período de 28/04/2023 a 29/10/2023.

Salvador, de de 2023.

VITOR HUGO MOREAU DA CUNHA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO BAIANA DE CORRIDA DE AVENTURA

DIOGO RIOS AMARAL
DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO

SINVAL VIEIRA
COORDENADOR DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA



Documento assinado eletronicamente por **Zuleik Carvalho Oliveira, Procurador Chefe**, em 27/04/2023, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo Moreau da Cunha, Representante Legal da Empresa**, em 27/04/2023, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Rios Amaral, Diretor(a) Substituto(a)**, em 27/04/2023, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Vieira da Silva Filho, Coordenador**, em 27/04/2023, às 22:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00066109428** e o código CRC **7ED90B19**.

Referência: Processo nº 069.1486.2023.0000861-09

SEI nº 00066109428